

A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA, SEGUNDO A LITERATURA ESPECIALIZADA¹

Joziele Elias do Carmo da Silva²

Kariny A. Delgado Trovo³

Bárbara Amaral Martins⁴

Resumo: Este trabalho aborda a educação inclusiva, com foco na interação entre a escola e os pais de alunos que compõem o Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). O estudo buscou identificar e analisar estudos sobre a relação entre a escola e a família de educandos com deficiências, Transtorno do Espectro Autista e Altas habilidades/Superdotação através da literatura especializada sobre a relação família-escola e a importância dessa parceria para o processo de ensino e aprendizagem da criança. A pesquisa foi realizada por meio da análise de artigos científicos e livros relacionados ao tema. Verificou-se que a relação entre escola e família enfrenta vários desafios, incluindo as dificuldades das escolas em oferecer recursos adequados e capacitação para a plena inclusão dos alunos com deficiência. Os pais, por sua vez, enfrentam a falta de tempo devido às longas jornadas de trabalho e barreiras na comunicação e diálogo, resultando frequentemente em um distanciamento entre ambos. O estudo destaca a importância da parceria entre educadores e pais na promoção de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor para a formação do sujeito.

Palavras-chave: Família; Escola; Parceria.

Abstract: This work addresses inclusive education, focusing on the interaction between the school and the parents of students who make up the Target Audience of Special Education (PAEE). The study sought to identify and analyze studies on the relationship between school and family of students with disabilities, Autism Spectrum Disorder and High abilities/Giftedness through specialized literature on the family-school relationship and the importance of this partnership for the child's teaching and learning process. The research was carried out through the analysis of scientific articles and books related to the theme. It was found that the relationship between school and family faces several challenges, including the difficulties of schools in offering adequate resources and training for the full inclusion of students with disabilities. Parents, in turn, face a lack of time due to long working hours and barriers in communication and dialogue, often resulting in a distance between them. The study highlights the importance of the partnership between educators and parents in promoting an inclusive and welcoming school environment for the formation of the subject.

Keywords: Family; School; Partnership.

¹ Registramos nossos agradecimentos à professora Mônica Kassar, que gentilmente colaborou com o desenvolvimento deste trabalho.

² Estudante de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal. Joziele_elias@ufms.br

³ Orientadora, professora mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal. kariny.trovo@gmail.com

⁴ Co-orientadora, docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal. barbara.martins@ufms.br

1 INTRODUÇÃO

A relação entre pais de educandos e escola tem sido amplamente discutida na literatura especializada, destacando-se como um fator importante para o desenvolvimento educacional e social dos alunos.

Este trabalho é sobre educação inclusiva e de como a escola se relaciona com os pais de alunos Público–Alvo da Educação Especial (PAEE). São considerados PAEE, alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Brasil, 2008).

A educação na perspectiva da educação inclusiva pode ser entendida como uma educação que visa a equidade dentro da escolarização da criança e do adulto, e tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. Sasaki (2007) afirma que se trata de

[...] um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra a exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento de autonomia, por meio da colaboração, de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida (Sasaki, 2007, p. 123).

O autor acima menciona que sociedade deve se adaptar para incluir pessoas com necessidades específicas em seus sistemas sociais enquanto essas mesmas pessoas se preparam para desempenhar papéis ativos na sociedade. Além disso, enfatiza que a inclusão envolve troca, compreensão, respeito, valorização e luta contra a exclusão. Destaca-se também a importância de superar as barreiras sociais existentes e oferecer oportunidades para o desenvolvimento da autonomia, colaboração, pensamento crítico e capacidade de tomada de decisões independentes em diversas situações da vida. Essa visão ampla da inclusão enfatiza não apenas a necessidade de mudanças estruturais na sociedade, mas também o fortalecimento das habilidades e capacidades individuais das pessoas com necessidades especiais.

No início da década de 1990, a Educação Especial é alavancada pela Declaração de Salamanca (1994), que propõe uma reestruturação no sistema comum de ensino, como cita o documento:

O desenvolvimento de escolas inclusivas que ofereçam serviços a uma grande variedade de alunos em ambas as áreas rurais e urbanas requer a articulação de uma política clara e forte de inclusão junto com provisão financeira adequada - um esforço eficaz de informação pública para combater o preconceito e criar atitudes informadas e positivas - um programa extensivo de orientação e treinamento profissional - e a provisão de serviços de apoio necessários. Mudanças em todos os seguintes aspectos da escolarização, assim como em muitos outros, são necessárias para a contribuição de escolas inclusivas bem-sucedidas: currículo, prédios, organização escolar, pedagogia, avaliação, pessoal, filosofia da escola e atividades extracurriculares. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 8).

Rapoli *et al.* (2010) também esclarecem que a inclusão educacional demanda uma escola na qual todos os alunos estejam integrados sem restrições que possam impedir sua plena participação nas atividades escolares, de acordo com suas habilidades, e sem que qualquer característica os exclua das turmas.

Observa-se que a Educação Inclusiva abrange a Educação Especial, mas não se restringe a ela. Conforme a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008):

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos. (Brasil, 2008 p. 15)

Dessa maneira, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes PAEE nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às suas necessidades educacionais, oferecendo um atendimento educacional especializado para atendê-los e, assim, garantir que eles possam ter acesso à aprendizagem e à continuidade de escolarização aos níveis mais elevados de ensino. Para que isso ocorra, a escola deve integrar propostas pedagógicas envolvendo a família e o aluno (Brasil, 2008), considerando que a

[...] inclusão escolar sugere um novo modelo de escola, no qual a diversidade seja valorizada e as necessidades específicas apresentadas pelos alunos PAEE (Público Alvo da Educação Especial) sejam atendidas, independente das características e limitações que os mesmos possam apresentar. O movimento de inclusão escolar requer o envolvimento de todos os profissionais da escola, dos alunos e também dos familiares. (Brito; Silva, 2019.)

Kassar (2011) afirma que a Educação Especial tem a função de oferecer conhecimentos específicos que possam colaborar para o desenvolvimento acadêmico dos alunos PAEE na escola.

A Educação é um direito assegurado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 como direito social, sendo dever do estado e da família. A Lei nº 9.394/96 estabelece as Diretrizes e Bases para Educação Nacional, onde a educação abrange todos os processos formativos desenvolvidos na vida familiar, no convívio humano, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Brasil, 1996).

Como um dos direitos fundamentais, a educação deve ser assegurada para educandos PAEE. O Art. 58º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) estabelece “a educação especial como modalidade de educação escolar e precisa ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com necessidades especiais” (Brasil, 1996, p. 31).

Em 2008, foi apresentada a Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Nesse período, o percentual de estudantes com deficiência incluídos em salas regulares era de 54%. Dez anos depois, chegou a 92%, com 1,2 milhão de matrículas em escolas regulares (Alves, 2020).

A educação é indispensável para todos, pois todo indivíduo tem o direito de aprender. No ensino, frequentemente observam-se muitos conteúdos abordados sem integração curricular, sendo indispensável que os profissionais da educação estabeleçam estratégias e abordem metodologias diferenciadas para ensinar educandos com necessidades especiais de forma integrada (Ramos, 2019).

Historicamente, as pessoas com “diferenças físicas ou mentais” (Jannuzzi, 2012, p. 5), foram marginalizadas, discriminadas e excluídas da sociedade. Jannuzzi (2012) nos esclarece que o termo “deficiente” é amplamente utilizado, sendo rotulado de várias maneiras ao longo dos diferentes períodos estudados. Isso ocorre porque o termo “deficiente” serve como base para um sistema de normas, valores e

interpretações simbólicas que refletem como uma sociedade organiza sua estrutura e lida com seus conflitos internos.

Segundo Omote e Santos (2022), a deficiência ganha vários nomes correspondentes à sua característica, assim podemos diferenciar a deficiência de uma pessoa para outra. Através do comportamento ou do organismo, a deficiência é atribuída pelo julgamento de uma incapacidade limitada do funcionamento da pessoa nas atividades do dia a dia. No entanto, para compreender mais sobre a deficiência devem ser desenvolvidos estudos sobre o funcionamento da pessoa com deficiência em relação ao seu ambiente social.

É preciso estudar as construções socioculturais acerca das deficiências e das pessoas deficientes, tais como crenças e estereótipos, em que se baseia a audiência na sua interpretação de determinadas condições como sendo deficiências e no seu tratamento distintivo destinado às pessoas portadoras dessas condições; trata-se de fenômenos de natureza sociocultural (Omote; Santos, 2022, p. 48).

Os autores reforçam a importância do estudo sobre as concepções sobre a deficiência, e não apenas sobre as características físicas ou comportamentais da pessoa com deficiência e sim no modo de como a deficiência se manifesta na pessoa e qual contexto ela se apresenta, pois, as concepções são indícios de atitudes sociais em relação à inclusão.

Importante trazer esse entendimento, para compreender melhor a cultura e os sistemas de crenças de uma sociedade específica e nos ajudar a combater estigmas⁵ e preconceitos associados a essa condição.

A lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Lei N° 13.146/2015), conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, representa um grande avanço para as pessoas com deficiência. Esta lei reconhece que as pessoas com deficiência têm a capacidade de igualdade em condições com as demais, promovendo sua inclusão social.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas,

⁵ “O estigma é tratado como marca social de descrédito e de inferioridade das pessoas que pertencem a alguma categoria de desvio, e cumpre a função de controle social para a manutenção da vida coletiva”. (Omote, 2004, p. 293).

sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (LBI, 2015, p. 19.)

Segundo a Declaração de Salamanca (1994), as escolas deveriam acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. O estado deve garantir atendimento especializado para a criança na rede regular de ensino, assim podendo se desenvolver melhor como pessoa, preparando-a para o exercício da cidadania e uma melhor qualificação para o trabalho. Uma escola regular única, capaz de atender todas as crianças é um dos objetivos destacados da Declaração de Salamanca, voltada para o fim das discriminações e construção de comunidades inclusivas.

Nesta perspectiva, a educação especial envolve um grande processo de mudanças para a implantação de sistemas educacionais inclusivos, revertendo as propostas convencionais de criar programas especiais para atender, de forma separada, alunos com necessidades educacionais especiais, junto com os profissionais especializados.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei no 9394/96, ressalta o direito à educação como dever do Estado, e aborda a escola como espaço de formação de cidadania. Embora fortaleça a escola como ambiente garantidor e protetor de direitos, percebe-se um avanço democrático a partir das demonstrações de respeito à liberdade e o apreço à tolerância como base para o ensino. Assim como confirma, um dos trechos da Lei 9394/96, no artigo 22 por exemplo:

à educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (Brasil, 1996).

Nota-se que a lei, além de mostrar que a escola é um local de cuidar e educar, proporciona aprendizagem e formação para as crianças e adolescentes como cidadãos.

Diante do contexto acima, cabe esclarecer o interesse para a realização desta pesquisa, que partiu após vivenciar situações em escolas onde realizei estágio remunerado, como profissional de apoio a alunos com transtorno do espectro autista (TEA), na pré-escola do ensino regular, em duas escolas localizadas no município de Ladário-MS nos anos de 2021 e 2022.

Na convivência do dia a dia e conhecendo mais a família dos alunos que eu acompanhava, pude notar o envolvimento dos responsáveis de maneiras diferentes. Então com essa experiência vivida, comecei a me perguntar como o relacionamento entre pais e as escolas ocorreriam em outras instituições educacionais que atendem crianças com TEA. Mesmo sabendo que os contextos são diferentes, despertou-me a vontade de investigar mais a fundo o envolvimento da família em relação à escolaridade de seus filhos e o que a escola poderia fazer para trazê-los e fazer com que eles sejam mais participativos na escola.

A família é uma das mais importantes instituições; sua presença no processo inclusivo é de muita importância, pois colabora para que ações se concretizem e que as atividades realizadas na escola tenham suas respectivas rotinas extensivas ao ambiente familiar, além de ser relevante quanto às intervenções sociais e pedagógicas do aluno. Cabe à escola, em conjunto com a família, promoverem a inclusão e que possam trabalhar juntos para o desenvolvimento escolar e valores culturais.

1.1 Objetivo

Analisar a literatura especializada sobre a relação família-escola e a importância dessa parceria para o processo de ensino e aprendizagem da criança.

2 MÉTODO

O procedimento para coleta de dados foi a partir do levantamento de produções das pesquisas em *websites* encontrados no portal da artigos *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e no *Google Acadêmico* que direcionou alguns estudos para os sites do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEDU da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD e Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE / Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS. As demais plataformas de pesquisas foram selecionadas, pela relevância, qualidade e contribuição na área da educação pelas palavras chave: educação inclusiva, família, escola. As leituras mencionadas no quadro a seguir, que têm relação com o tema proposto e sua análise.

Foram identificados sete artigos e dois livros (Quadro 1) relacionados ao assunto pesquisado.

Quadro 1 – Produção científica sobre Educação Inclusiva, família e escola

ARTIGOS	AUTORES	ANO
Mães e filhos especiais: reações, sentimentos e explicações à deficiência da criança.	Fabiola Brunhara, Eucia Beatriz Lopes Petean.	1999
A família e a escola como contexto de desenvolvimento humano.	Maria Auxiliadora Dessen; Aira de Costa Polonia	2007
Família de crianças com deficiência e profissionais: componentes de parceria colaborativa na escola.	Aline Maira da Silva; Enicéia Gonçalves Mendes.	2008
Interações Familiares de crianças com necessidades educacionais especiais: revisão literatura nacional	Paula Cruz Goitein; Fabiana Cia	2011
A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI	Gilberta Sampaio de Martino Jannuzzi	2012
Abordagem Nacional, entre família e a escola inclusiva sob as perspectivas de professores.	Aline Maira da Silva; Leonardo Santos Amâncio Cabral; Morgana de Fatima Agostini Martins.	2016
Família de crianças com deficiência e a escola comum: necessidade dos familiares e construção de parceria.	Dorca Soares de Lima; Aline Maira da Silva.	2019
LIVROS		
Família e Deficiência	Sadao Omote e Leonardo Santos.	2022
Relação família e escola	Fabiana Cia e Aline Maira da Silva.	2022

Fonte: elaboração própria.

Após realizar as leituras acima, pude realizar algumas análises e compreender de que forma ocorre a relação da família com a escola e vice-versa. Nos textos lidos pude perceber o quão importante é para o aluno quando a escola e família trabalham junto para a inclusão e desenvolvimento do aluno.

3 DESENVOLVIMENTO

O que dizem as pesquisas de modo geral?

Ao analisar as pesquisas existentes, procurou-se identificar estratégias e práticas que promovam uma cooperação produtiva entre pais e escolas, potencializando o sucesso educacional dos alunos.

A pesquisa de Brunhara e Petean (1999) teve por objetivo apreender quais reações, explicações, sentimentos e expectativas as mães exprimiam frente à notícia da deficiência do filho. Para tanto, 25 mães foram encaminhadas ao Aconselhamento Genético da FMRP- USP e entrevistadas individualmente sobre um roteiro semiestruturado. Nesse estudo, os dados demonstraram que ao receberem a notícia,

as mães ficam chocadas. Manifestaram sentimentos de negação, tristeza, resignação, revolta.

No trabalho realizado pelas autoras Dessen e Polonia (2007), foram abordados os desafios e as perspectivas na relação dos pais com a escola, e destacam que a família e a escola constituem os dois principais ambientes de desenvolvimento humano nas sociedades ocidentais contemporâneas. É fundamental que haja aproximação entre esses dois contextos de maneira a reconhecer suas peculiaridades e, também, similaridades, sobretudo no tocante aos processos de desenvolvimento e aprendizagem, não só em relação ao aluno, mas também a todas as pessoas envolvidas.

No trabalho das autoras Silva e Mendes (2008), o objetivo foi identificar e descrever os comportamentos dos profissionais da escola e dos familiares de crianças com deficiência. O estudo foi conduzido com quatro grupos focais, compostos por familiares (FAM1 e FAM2) e por profissionais (PROF1 e PROF2). E apontou que, entre as categorias levantadas, são observadas características essenciais do processo colaborativo, tais como respeito mútuo, comunicação, confiança, participação, amabilidade, sinceridade, seriedade e imparcialidade.

O trabalho desenvolvido por Goitein e Cia (2011) teve como objetivo revisar a produção científica na literatura nacional indexada na área de Psicologia, entre 1999 e 2008, de estudos empíricos que descreveram diferentes interações entre as crianças com necessidade educacionais especiais e seus familiares e as implicações para o desenvolvimento das mesmas. Foi realizada uma busca sistemática em três bases de dados bibliográficos e identificados 17 artigos que foram analisados considerando diferentes aspectos. As autoras constataram a carência de estudos sobre o tema em questão.

Na pesquisa realizada por Silva, Cabral e Martins (2016), foi abordada a relação entre a família de alunos que compõem o público-alvo da Educação Especial e a escola. Para discussões sobre a temática, foi realizado um levantamento por meio da aplicação de questionário junto a 19 professoras de oito escolas municipais de Dourados/MS. Os resultados indicaram haver atividades de parceria entre seus atores, com participação, diálogo, respeito, execução de orientações, acompanhamento das atividades e valorização da socialização e aprendizagem desses alunos.

No trabalho de Lima e Silva (2019), o objetivo foi caracterizar as necessidades de familiares de alunos que apresentavam algum tipo de deficiência, em processo de escolarização na rede regular de ensino de Dourados/MS. Para isso, foram realizadas entrevistas, aplicadas individualmente junto a 59 familiares de alunos com deficiência matriculados em quatro escolas municipais. Ao caracterizar as famílias participantes, foi possível perceber o papel social da pesquisa científica e sua importância para a sociedade e em especial a comunidade escolar. Os resultados levantados puderam subsidiar as escolas participantes no estabelecimento de estratégias de fortalecimento da relação família/escola.

Um estudo feito pelas autoras Cia e Silva (2022) teve como objetivo mapear e caracterizar teses e dissertações sobre o tema relação entre escola e família do público-alvo da Educação Especial. A seleção dos trabalhos ocorreu por meio do portal CAPES de teses e dissertações, entre os anos de 2011 e 2021. Os resultados evidenciaram que o tema relação entre escola e família do aluno PAEE tem sido alvo de investigações no âmbito da Pós-graduação brasileira.

No conjunto de pesquisas e trabalhos citados acima, os autores mostraram a importância da parceria da escola e família, para escolarização do aluno com deficiência de acordo com a realidade brasileira e de como a inclusão da família na escola, ajudará no desenvolvimento do aluno.

Concluindo, os resultados das pesquisas sobre esses temas têm indicado que os pais e os alunos com deficiências, de modo geral, ainda não estão bem preparados para expressarem suas opiniões, embora os profissionais não estejam preparados para ouvi-los e vice-versa, por isso importância de trazer a família para a escola, para que juntos possam trabalhar para um bem-estar melhor do aluno dentro e fora da escola, pois há interesse da família em estar mais integrada dentro da escola e das atividades que envolvam o seu filho.

3.1 Deficiência e família

A percepção sobre a deficiência é construída socialmente, como apresentado por Omote e Santos (2022). Assim, a percepção sobre o filho com deficiência acaba afetando também a família. No caso de família com vários filhos, a existência de um filho com deficiência pode interferir na relação familiar, pois a atenção acaba sendo mais voltada para o filho com deficiência e isso acaba criando uma rivalidade entre os irmãos. Sobre esta questão, as autoras Gointen e Cia (2011) analisaram os efeitos

positivos e negativos apresentados pelos irmãos diante da situação de ajudar nos cuidados de seus irmãos com deficiência. Os efeitos positivos estão no desenvolvimento da maturidade, tolerância, interesse em carreiras humanitárias, senso de proximidade com a família e independência. Os efeitos negativos são a negligência parental, sobrecarga, ressentimentos e falta de atividades sociais. Os pais, diante da falta de suporte social, necessitam da ajuda dos filhos com desenvolvimento típico, que se sobrecarregam diante das responsabilidades com a família, deixando para segundo plano suas próprias atividades sociais.

Para Omote e Santos (2022), o acompanhamento de algum profissional qualificado para tratar de questões familiares, em alguns dos momentos particularmente críticos, como no período imediatamente subsequente à revelação do diagnóstico, pode ser um auxílio especialmente importante para muitas famílias que tenham filhos com alguma deficiência. Qualquer família, como um sistema, possui a capacidade de buscar o restabelecimento do equilíbrio, diante de uma situação de crise ocasionada por algum evento percebido como trágico. O profissional deve usar essa capacidade para auxiliar a família a construir um novo estado de equilíbrio que implique um avanço em relação ao estado anterior, no enfrentamento de suas dificuldades. O trabalho também revela que o ambiente familiar bem estruturado pode proporcionar melhores condições para o desenvolvimento da criança com deficiência, respeitando suas dificuldades e singularidades.

3.2 Família e o diagnóstico

A literatura menciona que a família passa por um processo até a confirmação do diagnóstico de deficiência e até a adaptação frente a essa condição. Omote e Santos (2022) esclarecem que nessa caminhada, a família não deve ser abandonada e deve receber apoio dos profissionais e familiares, receber as informações que precisam para lidar com a criança, já que não foram preparadas para essas situações e nem desejaram. Sob o ponto de vista psicológico, os pais não só perderam a criança saudável, inteligente e bonita que estavam esperando, mas ganharam, no lugar dela, o luto, pela perda do filho sonhado e esperado, pois esperavam uma criança perfeita, então com o nascimento e dado o diagnóstico ficam sem saber como reagir no momento quando recebem uma criança imperfeita que não estavam preparados para receber. Precisam, portanto, ajustar-se à perda daquela “criança perfeita” que era

esperada e à presença da outra, “imperfeita”, que não era esperada, mas que exige cuidados. Os autores mencionam:

As consequências que a família enfrenta não se referem apenas às dificuldades que podem surgir concretamente em função da presença de uma criança que requer atenção e cuidados especiais. Sofre também consequências adversas pela condição psicossocial especial em que a família se encontra a partir do momento em que se reconhece que o problema da criança é algo mais que uma doença ou incapacidade, mas uma condição que tem um profundo sentido de descrédito. Não só a criança, mas toda a família pode sofrer o processo de estigmatização. (Omote; Santos, 2022, p. 49)

Soares, Souza e Marinho (2004), por outro estudo, concluíram que os pais devem buscar organizar um tempo para se envolver em atividades com os seus filhos e que a participação nas atividades escolares pode ser uma oportunidade para tanto. Ressaltam, ainda, que a demonstração de interesse pelas atividades desenvolvidas pela criança não deve ocorrer apenas quando as coisas não dão certo (exemplo: nota baixa, brigas com colegas etc.). Afirmam, ainda, que a família deve sempre buscar elogiar e encorajar o envolvimento da criança nas atividades.

Como já apontado por Omote e Santos (2022), as famílias do estudante com deficiência enfrentam dificuldades desde a confirmação do diagnóstico. Muitas não sabem como lidar com a situação ou o que fazer diante da criança. A partir do diagnóstico, a família sofre todo o impacto e precisa se reorganizar para saber como lidar com a criança ou o que fazer, por isso elas precisam de mais atenção.

As autoras Brunhara e Petean (1999) esclarecem algumas emoções e reações que quando confirmado o diagnóstico, as mães geralmente apresentam são: choque, tristeza, revolta, culpa e o que fazer para ajudar o filho. Os pais tentam achar uma explicação pra isso, um culpado do problema, como as crenças, sem entender as causas científicas que levam a isso. A baixa escolaridade também dificulta a compreensão de saber do porquê o filho possui algum tipo de deficiência; é normal elas questionarem e se culparem por isso, receber um diagnóstico assim do seu filho, lhe dá uma sensação de incapacidade, criando raiva de si até finalmente aceitar, apesar disso, os pais ficaram mais presentes.

Nas palavras das autoras:

As reações das mães, num primeiro momento foram de choque, tristeza, revolta, resignação, culpa, bem como busca de ajuda para o filho. Essas reações são as comumente encontradas na literatura que abarca a questão

da deficiência. Sabendo que um aspecto essencial para a evolução da criança é a conduta dos pais como detentora de benefícios e prejuízos no processo de desenvolvimento, em relação às expectativas ao futuro dos filhos as mães demonstraram-se preocupadas com o desenvolvimento geral desse e com a perspectiva de cura. (Brunhara; Petean, 1999, p. 38).

A partir desses relatos sobre as reações que as mães tiveram ao receberem o diagnóstico do filho e das preocupações que manifestaram, sugere-se a necessidade de suporte por parte de um profissional qualificado para saberem como lidar com as emoções e anseios.

3.3 A escola

A declaração de Salamanca (1994) reforça que todos têm direito à educação e as crianças com deficiências passaram a ser consideradas estudantes com necessidades educativas específicas.

Sob esta perspectiva, Castro e Regattieri (2010) salientam que são necessárias formas diferentes de trabalhar com a comunicação, os estímulos emocionais e cognitivos, que possam ajudar o respeito e valorização da criança. Para isso, a escola deve criar projetos pedagógicos para trabalhar diversas formas de ensino e aprendizagem com o aluno, como forma de incluí-lo com o restante da turma.

Com a intenção de atender a demanda de alunos matriculados em salas de aulas comuns, em 2003, o Ministério da Educação criou o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos. O programa promoveu um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, a organização do atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade (Brasil, 2008).

O censo escolar, realizado em todas as escolas brasileiras, mostra que a partir de 2006, os registros de crianças matriculadas na educação especial aumentaram de 337.326 para 700.624 entre 2004 e 2006, tendo crescimento de 107% de alunos matriculados. Inclusive na sala de aula do ensino regular, tivemos um aumento de 640% passando de 43.923 alunos incluídos em 1998, para 325.316 em 2006 (INEP).

Os dados do Censo indicam que houve crescimento do número de matrículas de alunos PAEE nas escolas, mas os professores e famílias ainda encontram dificuldades para incluí-lo no ambiente escolar, tendo em vista alguns fatores como:

pouca formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão, ausência da participação da família e da comunidade, falta de acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação, entre outros, conforme apontam Maturana e Cia (2015).

Apesar da complexidade e dos desafios que a escola enfrenta, Dessen e Polonia (2007) afirmam que não podem deixar de reconhecer que os seus recursos são indispensáveis para a formação global do indivíduo. Conhecendo a escola e suas funções, devem-se acionar fontes promotoras de saúde tais como as redes sociais com a comunidade escolar, os profissionais da escola - psicólogos, pedagogos e orientadores educacionais, especializados para realizar intervenções coletivas, e é nesse espaço que as reflexões sobre os processos de ensino-aprendizagem e as dificuldades que surgem em sala ou em casa são realizadas.

Além disso, a literatura traz que a educação infantil é uma das etapas mais importantes para o início da educação inclusiva e do desenvolvimento da criança. Oliveira e Marinho-Araujo (2010) esclarecem que não se trata apenas de incluir uma criança com deficiência dentro do ambiente escolar e da sala de aula e sim de pensar em formas para incluir o aluno e buscar formas de incluí-la e fazer com que a criança e a família se sintam acolhidos na escola.

A inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. (PNEE, 2008, p. 16.)

É importante ressaltar que as pesquisas de Polonia e Dessen (2005) e Oliveira e Marinho-Araújo (2004) já mostravam a necessidade de uma maior ampliação de estudos sobre a relação família-escola. Para os autores, é necessário que estimulem as produções acadêmicas voltadas para o estudo do envolvimento da família com a escola, e que essas produções possam contribuir para o desenvolvimento de políticas e de programas educacionais. Destacaram ainda a urgência da construção de uma interação família-escola que promova a integração dos contextos de socialização das crianças, de modo a permitir, de maneira clara, a definição de papéis e funções educativas.

3.4 Escola e família

A família desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do indivíduo, pois é nela que a criança encontra seus primeiros modelos de comportamento e valores. É através do convívio familiar que a criança tende a aprender sobre ética, responsabilidade e relacionamentos interpessoais, o que contribui significativamente para a formação de sua identidade.

Oliveira e Marinho-Araújo (2010) consideram a família a primeira agência educacional do ser humano e é responsável, principalmente, pela forma com que o sujeito se relaciona com o mundo, a partir de sua localização na estrutura social. E a escola tem a função de socialização e contribui para o desenvolvimento culturalmente.

É importante que a criança frequente a escola e tenha o apoio da família. Para Castro e Regattieri (2010), a presença da família na escola colabora para um melhor desenvolvimento da criança, mas para isso acontecer, a escola tem que procurar os pais e desenvolverem um meio de trabalharem juntos.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (ECA, Lei Nº 8.069/1990 p. 12-13).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reforça que a família e a escola devem caminhar juntas, embora seja difícil dependendo de vários fatores. Castro e Regattieri (2010) esclarecem que as dificuldades decorrem do fato de que pais e mães precisarem trabalhar, incluindo mães donas de casa. As mães são consideradas a maior responsável pela criança e, por muitas vezes, acabam não sendo tão frequentes nas escolas como gostariam de ser. Mas os pais precisam tirar um tempo para acompanhar a vida escolar do filho e a escola tem o papel de promover meios para que haja participação dos pais, como um momento de conversa com os responsáveis.

Quando falamos em interação, pensamos em atores distintos que têm algum grau de reciprocidade e de abertura para o diálogo. Nessa perspectiva, é importante identificar e negociar, em cada contexto, os papéis que vão ser desempenhados e as responsabilidades específicas entre escolas e famílias. Por exemplo, considera-se que o ensino é uma atribuição prioritariamente da escola. Esta, porém, divide essa responsabilidade com as famílias, quando prescreve tarefas para casa e espera que os pais as acompanhem (Castro; Regattieri, 2010, p. 32).

Para Castro e Regattieri (2010), a escola e a família devem focar em cuidar do ensino, desenvolvimento e aprendizagem que o aluno terá na escola. A escola deve promover formas de trabalhar junto com a família, para que fiquem mais próximos do educando e assim diminuir o índice de repetências ou violência dentro da escola.

A família não é parte da escola. Ela ainda é tratada como convidada e é acionada quando há algo específico a ser resolvido, como reuniões bimestrais para entrega de notas, solicitações de autorizações e, quando há a necessidade de intervenções médicas, por exemplo para obtenção do laudo clínico. Também há a presença do vocativo clássico para a solução de problemas de comportamentos (Silva; Cabral; Martins, 2016, p. 200).

Como destaca Szymanski (2001), a ação educativa da escola e da família apresenta nuances distintas quanto aos objetivos, conteúdos, métodos e questões interligadas à afetividade, bem como quanto às interações e contextos diversificados, ou seja, é importante que ambas fiquem unidas de maneira a reconhecer suas peculiaridades e similaridades, relacionado aos processos de desenvolvimento e aprendizagem, não só em relação ao aluno, mas também a todas as pessoas envolvidas.

Soares, Souza e Marinho (2004) apontam que os pais devem buscar organizar um tempo para se envolver em atividades com os seus filhos e que a participação nas atividades escolares pode ser uma oportunidade para tanto. Ressaltam, ainda, que a demonstração de interesse pelas atividades desenvolvidas pela criança não deve ocorrer apenas quando as coisas não dão certo (exemplo: nota baixa, brigas com colegas etc.). A família deve sempre buscar elogiar e encorajar o envolvimento da criança nas atividades.

Ressaltando em como a inclusão escolar pode ser compreendida como processo, Cia e Silva (2022) mostram que apesar da garantia de acesso, direitos e defesa da equidade aos alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE) já serem assegurados, sua prática ainda encontra desafios, visto a diversidade de espaços e relações que se estabelecem na escola.

As autoras Cia e Silva (2022) relatam a importância de conhecer não apenas a deficiência que o aluno tem, mas também conhecer sobre sua personalidade, vontades, desejos, ou seja, questões que vão além de aspectos físicos e biológicos. Portanto, vê-se a importância de conhecer não apenas a deficiência do aluno, como

também identificar suas potencialidades. Esse conhecimento proporciona a proposta de atividades que sejam mais adequadas às capacidades, interesses e necessidades.

Aponta-se a importância da presença de profissionais especializados para dar suporte aos professores e para confecção e adaptação dos recursos e estratégias.

Estudos indicam que uma colaboração eficaz entre famílias e instituições escolares pode promover um ambiente de aprendizado mais favorável, melhorando o desempenho acadêmico e o bem-estar dos estudantes.

De acordo com Oliveira e Marinho-Araújo (2004), Cia e Silva (2022), Castro e Regattieri (2010) e Silva, Cabral e Martins (2016), a escola e a família são os dois primeiros ambientes sociais que proporcionam à criança estímulos e além de espaços que servirão de referência para seu desenvolvimento. Além disso, por meio do envolvimento entre família e escola, a educação se constitui como uma atividade conjunta, favorecendo o desenvolvimento integral da criança e do adolescente.

Conforme Arruda, Feijó de Andrade e Machado (2018), o desenvolvimento integral está relacionado aos aspectos individuais, comportamentais, culturais, sociais e espirituais da criança em sua inteireza, entendido como resultante das experiências externas individuais ou coletivas, mas também daquelas resultantes de interesses próprios, de necessidades, valores, imaginação, intuição, crenças, saberes, vinculando-se à sua própria existencialidade.

É importante mencionar que, embora se tenha a compreensão de que a família e a escola são contextos importantes para o desenvolvimento humano, a partir das pesquisas que foram analisadas e que serviram de base para este estudo, verificou-se que é possível aproximar escola e famílias, utilizando recursos para a conscientização sobre práticas que podem ser melhoradas nessa relação, a exemplo de promover diálogo entre os profissionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo conhecer e analisar a literatura especializada sobre a relação família-escola e a importância dessa parceria para o processo de ensino e aprendizagem da criança.

Foi possível identificar como é importante que a escola e família estejam relacionadas desde quando a matrícula do aluno é feita, quando se trata da vivência

escolar; ambos precisam estar abertos para diálogos contínuos sobre o aluno, esclarecendo dúvidas, e discutindo a função da escola e da família para um melhor desempenho do educando.

Verifica-se que, muitas vezes, a relação escola-família só ocorre a partir da identificação de problemas, de modo que os encontros só ocorrem quando a criança/adolescente está com problemas em relação a comportamento e notas.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a família deve ser participante em todas as etapas de formação da criança e do adolescente (BRASIL, 2002), inclusive no seu período escolar e as oportunidades de participação da família na escolarização dos filhos faz com que os responsáveis se sintam mais acolhidos.

Quando se trata de um aluno com deficiência, o envolvimento da família com a escola precisa ser constante. Para que a inclusão seja efetiva, a escola além de contar com profissionais preparados, precisa também do apoio da família, assim como a família precisa do apoio da escola para se adequarem às necessidades do aluno.

Conforme salientado pelas autoras Cia e Silva (2022), a participação da família no ambiente escolar é de suma importância. Para fomentar essa interação, a escola deve propor projetos que fortaleçam a relação entre escola e família. Uma relação positiva e colaborativa entre professores, escola e família não só gera confiança dos pais na instituição escolar, mas também estabelece a escola como um importante suporte social. Além disso, essa parceria permite que a escola ofereça orientações e esclarecimentos aos pais sobre questões relacionadas ao desenvolvimento e desempenho de seus filhos.

Diante do exposto, constatamos que a relação família-escola, segundo a literatura especializada, é fundamental para o sucesso educacional e desenvolvimento integral dos alunos, e como a escola pode auxiliar os pais a lidarem com o luto, pela perda do filho sonhado e esperado, pois esperavam uma criança considerada perfeita, e ao receberem o diagnóstico de deficiência, os pais acabam passando por uma experiência de luto. Os estudos indicam que a colaboração ativa entre pais e educadores contribui para um ambiente escolar mais acolhedor e propício ao aprendizado, além de promover o bem-estar emocional dos estudantes. A comunicação aberta e contínua, a participação dos pais em atividades escolares e o engajamento na vida acadêmica dos filhos são aspectos essenciais para fortalecer essa parceria.

Existem ainda vários desafios para que essa relação seja estreita entre escola e família. Por um lado, as escolas encontram dificuldades em oferecer recursos e suportes adequados para promover a plena inclusão dos alunos com deficiência, inclusive a necessidade de capacitação dos educadores. Por outro lado, os familiares também encontram obstáculos com relação a falta de tempo, devido às longas jornadas de trabalho e barreiras relacionadas a comunicação e espaços de diálogos o que gera muitas vezes um distanciamento.

Para superar esses desafios as escolas precisam desenvolver estratégias inclusivas e acolhedoras, flexibilizar horários de reuniões, criar canais de comunicação mais eficazes e promover um ambiente de respeito e compreensão mútua. A construção de uma relação sólida e colaborativa entre pais e escola exige esforço contínuo e compromisso de ambas as partes, visando sempre o aluno.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. **Educação especial**: os retrocessos do decreto 10.502 e os esforços para revogá-lo. 2020. Disponível em:

<https://saberespraticas.cenpec.org.br/noticias/educacao-especial-os-retrocessos-do-decreto-10-502-e-os-esforcos-para-revoga-lo>. Acesso em: 10 maio 2024.

ARRUDA, M. P.; FEIJÓ DE ANDRADE, I. C.; MACHADO, S. S. B. Do Paradigma Assistencial ao Paradigma do Desenvolvimento Integral da Criança: A Percepção de Professoras da Educação Infantil. **Holos**, [s. l.], v. 7, p. 91–102, 2018. DOI: 10.15628/holos.2018.4384. disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4384>. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2008.

BRITO, D. S. L.; SILVA, A. M.. Famílias de crianças com deficiência e escola comum: necessidades dos familiares e construção de parceria. **Rev. Elet. Educ.**, São Carlos, v. 13, n. 3, p. 1116-1134, set. 2019.

BRUNHARA, F.; PETEAN, E. B. L. **Mães e Filhos Especiais**: reações, sentimentos e explicações à deficiência da criança, 1999.

CASTRO, M; REGATTIERI, M. (Org.). **Interação escola-família: subsídios para práticas escolares**. Brasília: UNESCO, MEC, 2010.

CARDOSO, C. A. Q.; OLIVEIRA, N. C. M. Concepções de educação integral e em tempo integral no Brasil: reflexões a partir bases teóricas e legais. **e-curriculum**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 2074-2094, out. 2020.

CIA, F.; SILVA, A. M. **Relação família e escola**: pesquisas em Educação Especial. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. da C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 17, n. 36, p. 21–32, jan. 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOITEIN, P. C.; CIA, F. Interações familiares de crianças com necessidades educacionais especiais: revisão da literatura nacional. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 15, n. 1, p. 43–51, jan. 2011.

JANNUZZI, G. S. de M. **A Educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3a ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

KASSAR, M. C. M. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, p. 41-58, 2011.

MATURANA, A. P. P. M.; CIA, F. Educação Especial e a Relação Família - Escola: Análise da produção científica de teses e dissertações. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, n.2, mai./ago. 2015.

OMOTE, S. Estigma no tempo da inclusão. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 10, n. 03, p. 287-308, 2004. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382004000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 22 ago. 2024.

OMOTE, S.; CABRAL, L. S. A. **Família e deficiência**. São Carlos: EDESP-UFSCar, 2022. Documento eletrônico.

OLIVEIRA, C. B. E.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudo de psicologia**, Campinas, 2010.

RAMOS, F. **Transtorno do Espectro Autista e intervenção instrucional mediada por pares: aprendizagem no contexto de inclusão** (Doutorado em Educação, Universidade Federal de Santa Maria). Repositório da Universidade Federal de Santa Maria, 2019.

SASSAKI, R. K. **O direito à educação inclusiva, segundo a ONU**. In: A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência comentada. Brasília: Corde, 2007.

SILVA, A. M. DA.; MENDES, E. G. Família de crianças com deficiência e profissionais: componentes da parceria colaborativa na escola. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 14, n. 2, p. 217-234, 2008.

SILVA, A. M. da; CABRAL, L. S. A.; MARTINS, M. F. A. Abordagem relacional entre família e escola inclusiva sob as perspectivas de professores. **Interfaces da Educação**, [S. l.], v. 7, n. 19, p. 191–205, 2016.

SOARES, M. R. Z.; SOUZA, S. R. DE .; MARINHO, M. L.. Envolvimento dos pais: incentivo à habilidade de estudo em crianças. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 21, n. 3, p. 253–260, set. 2004.

SZYMANSKI, H. **A relação família/escola: desafios e perspectivas**. Brasília: Plano Editora, 2001.